

CAPACIDADES ESTATAIS LOCAIS: COMO A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA PODE SER INSTRUMENTO DE DIRETORES ESCOLARES PARA MITIGAR A PERPETUAÇÃO DE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Gabriella Cosentino – PPGE/UFRJ

gconsentino3@gmail.com

Helena Ferreira da Silva – PPGE/UFRJ

helena_fs@yahoo.com.br

Nathaly Lima Sales - PPGEDU/UNIRIO

nathlysales@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho destaca, a princípio, que políticas públicas educacionais apresentam complexidade e dinamismo entre capacidades estatais e os agentes envolvidos nos processos de implementação. Esse resumo objetiva discutir como a avaliação em larga escala pode ser utilizada pelos agentes, neste caso, os diretores escolares, como instrumento para mitigar desigualdades educacionais, explorando também as capacidades estatais locais necessárias para atingir a meta.

Desigualdades educacionais estão presentes em profundidade na história do Brasil e historicamente se mostram ampliadas em contextos de crise. Ao observarmos o direito à educação no país, identificamos que são caracterizadas em maioria por alguns marcadores, sendo estes de acesso, tratamento ou conhecimento, como observado por Thomazinho e Oliveira (2015) caracterizando o problema como mais amplo do que parece. Assim, é necessário discutir como as desigualdades se mostram persistentes no sistema educacional Brasileiro. Uma vez que estudos como de Bartholo (2014) indicam que sobre as desigualdades educacionais ainda incidem as econômicas, sugerindo que o Nível Socioeconômico (NSE) tem impacto direto sobre a trajetória escolar. Olhando para a Constituição Federal de 1988 no que se refere à responsabilidade sobre oferta escolar,

cabe aos sistemas assegurarem condições para minimizar as desigualdades de acesso. Ou seja, dispor de capacidades estatais para atender a demanda de forma equânime.

Como mencionado por Oliveira e Alves (2023) e Lotta e Santos (2024), as capacidades estatais são condições que os Estados têm para formular, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas. Essas abarcam um conjunto de competências e recursos necessários para que essa esfera desempenhe sua função política de maneira eficaz. Olhando para os municípios, esses são responsáveis pela execução das políticas educacional no que se refere ao Ensino Fundamental e Educação Infantil, assim como as suas dinâmicas locais que podem variar de forma significativa devido a desigualdades regionais e administrativas (Oliveira e Alves, 2023).

Nessa perspectiva, as capacidades estatais a nível local proporcionam significativo suporte ao diretor escolar no uso da avaliação em larga escala como também instrumento de gestão educacional. Dessa forma, o presente trabalho irá caminhar por meio de uma revisão bibliográfica da literatura deste pertinente a este campo. Partindo da suposição que ao desenvolverem capacidades estatais que apoiem os diretores escolares no uso formativo da avaliação em larga escala, os municípios podem caminhar e definir ações pedagógicas eficazes como objetivo de diminuir as desigualdades educacionais.

DESENVOLVIMENTO

Na última década, a educação Brasileira caminhou em direção a Nova Gestão Pública, como reforçam Breyner e Gusssi (2016), que impõe a avaliação como elemento constitutivo da gestão. A começar disso, a avaliação em larga escala tornou-se um grande parâmetro de indicadores educacionais a nível mundial e uma exigência de organismos internacionais, que passaram a condicionar empréstimos aos dados produzidos por estas avaliações sistemáticas.

Por consequência, a disponibilização desses dados educacionais resultou em pesquisas e análises com o intuito de identificar maneiras de mitigar as desigualdades educacionais, isto significa, como a escola e a gestão escolar podem influenciar os indicadores de rendimento dos estudantes. No trabalho de Alves, Soares e Xavier (2016) a partir dos dados do SAEB de 2005 a 2013, os autores observam o impacto das características sociais dos alunos em seu desempenho educacional. Certos grupos são mais favorecidos do que outros, em respeito a acesso, permanência e aprendizagem. Sendo assim, cor, gênero, território e nível socioeconômico importam para a trajetória escolar, sobretudo em relação aos níveis de aprendizado. Os autores constataam em seu

estudo, é que há um hiato entre os grupos que pode significar uma desvantagem equivalente a um ano de estudos entre estudantes da mesma série. Tal compreensão é necessária para interpretação e implementação das políticas de avaliação em larga escala que chegam até as escolas.

Dessa forma, segundo Ceneviva et al (2022) para os diretores escolares utilizarem a avaliação em larga escala como instrumento eficaz na gestão, é fundamental que os governos locais desenvolvam capacidades estatais indispensáveis. Os autores salientam que é vital que existam programas de formação contínua para diretores e professores, focados na interpretação e uso dos dados oriundos das avaliações. Isso inclui compreender como os números refletem o desempenho das escolas e dos estudantes, tal qual como fortalecer a prática pedagógica.

Em seguida pontuam que a disponibilização de equipes de apoio, sejam supervisores e professores de acompanhamento escolar, podem ajudar os gestores a interpretar dados e elaborar planos de ação e diagnósticos. A mediação pedagógica e o acompanhamento regular são capazes de promover um ambiente escolar valorativo a utilização de dados. Mais adiante, apontam ainda que o desenvolvimento de uma cultura dentro das unidades escolares que promove a comunicação e o compartilhamento de informações é essencial. Isso suscita em garantir a todos os membros da equipe escolar que entendam a necessidade dos dados e estejam engajados e comprometidos na sua análise e interpretação.

Ademais, Ceneviva et al (2022) seguem ao dizer que a disponibilização de ferramentas tecnológicas e infraestrutura primordial para a coletar, analisar e visualizar dados pode amparar o entendimento e a utilização das informações, bem como a implementação de políticas que enfatizem a responsabilização pela utilização de dados pode contribuir na criação de um ambiente onde a melhoria da qualidade educacional é prioridade. Outrossim, os autores afirmam que a capacidade de integrar dados de fontes distintas – avaliações em larga escala, dados de frequência, outros – em um sistema coeso é capaz de fornecer um panorama abrangente do desempenho escolar e das necessidades dos alunos.

Portanto, o trabalho da gestão torna-se ainda mais expressivo quando considerada a promoção da equidade, visto que, como citado por Alves, Soares e Xavier (2016) existem desigualdades sistemáticas, capazes de sobrepor entre grupos de indivíduos de conforme suas características sociais. Ao pensar a qualidade, deve-se ter como foco

também o impacto das desigualdades sobre a trajetória de grupos distintos de estudantes, com vista a contornar esses determinantes.

CONCLUSÃO

Para a implementação eficaz de políticas públicas e mitigar as desigualdades educacionais, as capacidades estatais locais se mostram essenciais. A avaliação em larga escala pode ser um poderoso instrumento para promover a equidade e qualidade na educação quando utilizada de forma estratégica pelos diretores escolares. Ainda assim, se faz necessário o esforço contínuo para desenvolver o fortalecimento das capacidades locais que se mostram fundamentais no apoio aos diretores escolares como mecanismo de estratégia na gestão escolar promovendo a eficiência e eficácia educacional. O foco desta estratégia é o enfrentamento à segregação escolar, pontuada por Costa e Bartholo (2014) como uma distribuição desigual de indivíduos portadores de uma determinada característica de presumida desvantagem social. Os autores concluem que a segregação está diretamente ligada à justiça social e a equidade dos sistemas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G., SOARES, J. F., & XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, 4(7), 49-82, 2016. Disponível em: <[Vista do Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais](#)> Acesso em: 28 jan. 2025.

BARTHOLO, Tiago Lisboa. Segregação escolar na cidade do Rio de Janeiro: análise da movimentação de estudantes. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 58, p. 242-271, 2014.

CENEVIVA, Ricardo; ANDRADE, Felipe Macedo de; KOSLINSKI, Mariane Campelo; NÚÑEZ, Carolina Portela. Avaliação escolar e uso de dados e evidências na educação brasileira. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Administração Pública. Governo. Estado: Capítulos de Livros**. Cap.27, p. 828-858. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11393>> Acesso em: 26 jan. 2025.

COSTA, Marcio da; BARTHOLO, Tiago Lisboa. Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1183-1203, 2014.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. 2017.

LOTTA, Gabriela; SANTOS, Jaedson Gomes dos. **Capacidades Estatais: uma revisão da bibliografia voltada às políticas de Educação**. São Paulo. Instituto Unibanco, 2024. Disponível em: <
<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/97a0297b-b8a2-4348-95cd-937d2f9f3e25>>. Acesso em: 26 jan. 2025.